SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

26/11/2015 - Instituto Telecom

Participação no leilão de sobras indicará apetite das empresas, diz Rezende

O presidente da Anatel, João Rezende, disse nesta quarta-feira, 25, que a participação de pequenos e grandes provedores no leilão de sobras das faixas de 1,8 GHz, 1,9 GHz e 2,5 GHz, indicará o apetite dessas empresas em ampliar suas redes. Segundo ele, esta será a primeira vez que a agência licita espectro de forma regionalizada, exatamente para atender os pequenos provedores, mas ressalta que o evento tem a segurança jurídica garantida, já que os preços mínimos foram integralmente aprovados pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Rezende, que falou no workshop promovido pela Associação Brasileira de Internet e Telecomunicações (Abrint) sobre o tema, afirmou que as condições de pagamento pelas frequências previstas no edital são extremamente favoráveis, com juros de 3% ao ano, com três anos de carência e sete anos para pagar. "O desejo do cidadão é o acesso à banda larga e nós temos ainda um mercado muito grande para conquistar e o avanço da infraestrutura é muito importante", salientou. Ele disse que essas empresas poderão prestar serviços para as prefeituras e agregar novos serviços como o de telefonia fixa por VoIP.

Além dos pequenos provedores, há o interesse da agência em descobrir os planos da AT&T para o Brasil. A operadora norte-americana já atua, por meio da Sky, em banda larga fixa na faixa de 2,5 GHz e detém mais de 230 mil clientes e poderá ampliar sua participação por meio do leilão, que será realizado no dia 17 de dezembro. A Sky tem espectro em 2,5 GHz em mais de 600 cidades.

Prazos

O técnico da Anatel, Marcos Ramos, chamou a atenção para o cumprimento dos prazos pelos interessados em participar do leilão. Segundo ele, essas pessoas têm até o dia 9 de dezembro para cadastrar as informações sobre os representantes das empresas. No dia 10, deverão estar protocoladas as propostas de preço, que deverão ser iguais às enviadas pelo sistema eletrônico.

Ramos disse que a maior parte da documentação exigida vale para quem ainda não tem outorga de SCM (banda larga fixa). Para essas empresas, a exigência é a comprovação da regularidade fiscal, que pode ser obtida em um prazo máximo de 10 dias. Ressaltou também que as propostas só poderão ser protocoladas na sede da Anatel, em Brasília.

Em resposta a um dos empresários presentes no workshop, Ramos reconheceu que os preços dos lotes foram estipulados de acordo com o nível de competição em cada cidade. "O plano de negócios não levou apenas o tamanho da população, mas a quantidade de empresas competidoras já autorizadas e o perfil de concorrência, onde o potencial de concorrência é maior, menor o preço", disse. Isto porque, explica, onde não há concorrência, o vencedor do leilão pode abarcar um número maior de clientes.

O leilão das sobras terá mais de 20 mil lotes, sendo que quase metade deles tem valor mínimo inferior a R$ 10 mil. Os concorrentes classificados serão anunciados ainda no dia 17 de dezembro. Mas esse resultado dependerá de comprovação com a documentação previamente apresentada.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

26/11/2015 - Instituto Telecom

Sobras de espectro exigirão investimentos de até R$ 10 mi

Há três semanas do leilão de sobras de radiofrequências, provedores regionais de internet ainda analisam como transformar em negócios faixas de frequência que a Anatel coloca em oferta em 17/12 – ou melhor, uma semana antes no caso da apresentação dos lances para fatias de abrangência municipal do espectro.

"O prazo é muito curto. Não pela documentação, mas o problema é que a gente só consegue montar um plano de negócios depois que sabe o preço, depois que fala com os fabricantes", ressaltou o diretor de legislação e regulamentação da Abrint, Basílio Perez. Um workshop em Brasília, nesta quarta, 25/11, tentou jogar luz sobre o leilão para os principais interessados.

A julgar pelas manifestações dos provedores regionais de internet, os preços são atraentes, ao menos na maioria dos mais de 20 mil lotes ofertados de olho nesses compradores em especial. Em razoável medida, no entanto, isso se deve a própria dificuldade em fazer desses nacos de radiofrequência negócios sustentáveis.

"Os preços estão baixos, mas não quer dizer que fique mais barato. Só em 258 municípios os 35 MHz custam mais de R$ 100 mil. Mais importante que o valor da faixa é o modelo de negócios. Estamos falando de investimentos de rede que vão de R$ 1 milhão a R$ 10 milhões", disse o presidente da consultoria Teleco, Eduardo Tude.

O próprio Tribunal de Contas da União registrou essa ressalva ao dar o sinal verde para o leilão. "Considerando que para a maioria dos blocos TDD, tanto no serviço SCM como SMP, os projetos se mostraram inviáveis conforme a modelagem utilizada pela Agência, para esses lotes foi utilizado como preço mínimo o valor calculado do Preço Público pelo Uso de Radiofrequência."

Ressalte-se que a conta considera um 'novo entrante'. Mas o foco real está em pequenos e médios empresários que estão no negócio de provimento de acesso. "São empresários que já tem noção do que é o mercado e vão buscar a melhor forma de negócio. Nessa faixa será possível explorar outros serviços que não só banda larga, como voz sobre IP", sustentou o presidente da Anatel, João Rezende.

As faixas permitem a exploração de serviços com 4G, mas como abordado, redes LTE implicam em custos significativos, particularmente no core, o que se transforma em uma questão de escala. Por isso, não será surpresa se diferentes ISPs se reunirem para ratear esse núcleo, ainda que em operações distantes e até bastante distintas em porte.

As expectativas variam. Há quem avalie que se surgirem 20 provedores na disputa, já será sucesso. Mas entre os empresários aposta-se em até mais. "No WiMAX eram mais de 100 interessados. Podemos ver algo por aí", arriscou Perez, da Abrint. O vendedor diz que caprichou nas condições. "Em 4,3 mil municípios os valores são abaixo de R$ 10 mil ou R$ 15 mil, com 3 anos de carência, 7 anos para pagar e 3% de juro ao ano. Não vão encontrar taxas nessas condições em nenhum mercado, nenhum banco, nem com TJLP, no BNDES", disse Rezende.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

26/11/2015 - Convergência Digital

STJ atende às teles e centraliza ações sobre bloqueio de Internet

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, nesta quarta-feira, 25, que as ações coletivas contra o bloqueio da internet nos celulares pré-pagos após o fim da franquia serão julgadas de forma única na Comarca do Rio de Janeiro, onde foi apresentada a primeira ação. A decisão do ministro Moura Ribeiro, relator do pedido de conflito de competência, apresentado pela Oi, atende as reivindicações das operadoras móveis, apresentadas durante audiência pública realizada pelo tribunal, no dia 9 deste mês.

O relator já havia sobrestadas todas as ações apresentadas – eram 19 até o início do mês – e cassado as liminares obtidas contra o bloqueio, como na ação proposta pelo Procon de São Paulo. O argumento das teles é de que os pedidos das ações propostas nos estados são os mesmos e que decisões regionais conflitantes trazem insegurança jurídica para as operadoras e prejuízos para os consumidores, que não poderão ter tratamento isonômico em todas as regiões do País.

"Esclareça-se, por relevante, ser necessário enviar ao juízo da 5ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro os outros processos relacionados à questão discutida neste conflito de competência existentes nos demais juízos", decidiu. A posição do ministro foi acompanhada por unanimidade.

Na sentença, o relator acrescentou que para todas as ações futuras decorrentes de atos do juízo da 5ª Vara Empresarial, há órgão fracionário prevento no âmbito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

26/11/2015 - Tele.síntese

Anatel não espera arrecadar muito no leilão do dia 17 de dezembro

Segundo o presidente da Anatel, João Rezende, o objetivo do leilão das faixas de 1,8 GHz, 2,5 GHz, e 1,9 GHz (FDD e TDD) não é o de arrecadar, mas o de ampliar a infraestrutura de banda larga no Brasil e disse que os provedores regionais poderão oferecer serviço de VoIP com o espectro que vão comprar

O presidente da Anatel, João Rezende, afirmou hoje, 25, em seminário realizado para os provedores regionais, promovido pela Abrint, que o leilão a ser realizado no próximo dia 17 de dezembro não deve ser visto como uma fonte de arrecadação de recursos, mas sim como uma alternativa para reforçar a infraestrutura de banda larga no Brasil. "Mais de 4 mil muncípios brasileiros tem preços mínimos entre 10 mil a 125 mil reais e o pagamento dos pequenos provedores é bem vantajosos, com três anos de carência, sete anos para pagar e 3% de correção ao ano. Não tem finaciamento de banco tão vantajoso", afirmou.

Rezende assinalou que os provedores que comprarem os lotes municipais – o Lote C da faixa de 2.500 MHz (2,5 GHz), com as bandas T, de 15 MHz e U, com 25 MHz ou dois lotes de 5 MHz na faixa de 1.900 MHz (1,9 GHz) poderão prestar novos serviços às prefeituras e também poderão ganhar novos mercados oferecendo o serviço de VoiP.

"O fincanciamento não é impeditivo. E as empresas poderão prestar novos serviços como o VoIP", assinalou o presidente da Anatel.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

24/11/2015 - Carta Maior

'Desastre ambiental em Minas é mais uma herança maldita do PSDB', diz deputado

Em 12 anos, outras quatro barragens romperam. A informação só não se espalhou porque Aécio Neves sempre manteve tudo em segredo, com apoio da mídia.

A privatização da Companhia Vale do Rio Doce - operada pelo governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em 1997 - não apenas entregou à iniciativa privada um dos mais rentáveis patrimônios do país, como deixou a exploração do minério brasileiro totalmente à mercê do capital internacional.

Quem afirma é o deputado Rogério Correia (PT-MG), relator da Comissão Extraordinária de Barragens da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (AL-MG), criada para apurar as responsabilidades pelo desastre ambiental de Mariana (MG). "É mais uma herança maldita que o PSDB nos deixou", disse.

"A privatização da Vale deixou o país sem nenhuma estratégia nacional de exploração mineral", avalia. Segundo ele, nas mãos da iniciativa privada, com o capital internacional operando a seu bel prazer, o setor não desenvolveu tecnologia própria e sequer importou. "A mineração brasileira é feita com base em tecnologia primária, da forma mais arcaica possível, como no século passado", denuncia.

Conforme o deputado, enquanto quase todos os países do mundo desenvolvem tecnologias de mineração à seco ou com filtros - na qual a água utilizada é pouca e tratada de imediato -, no Brasil ainda impera a preferência pela utilização de barragens e minerodutos. A própria Samarco leva seu minério até o litoral por minerodutos movidos à água, pilhando também esse outro patrimônio dos brasileiros. "Isso não deveria sequer ser permitido", reclama o deputado.

Correia atribui também a esta falta de planejamento estratégico o fato do país não ter alavancado a indústria nacional com o minério produzido no país. "As multinacionais vêm, retiram montanhas de minério e levam tudo embora", afirma. Em 2014, o município de Mariana recebeu menos de 1% do lucro obtido pela Samarco (mais precisamente 0,72%), enquanto os acionistas lucraram 65%, conforme relatórios da própria empresa.

Vale X Petrobrás

No momento em que a Petrobrás sofre ataques recorrentes em função da corrupção constatada na administração do órgão, o deputado a usa como exemplo para demonstrar que, apesar de todos problemas, o controle estatal faz a maior diferença para o desenvolvimento do país.

De acordo com ele, enquanto o setor petrolífero brasileiro é um dos mais modernos do mundo, justamente porque a Petrobrás continuou nas mãos do estado e desenvolveu tecnologia de ponta até para explorar o pré-sal, o setor de mineração, com a Vale totalmente entregue ao capital, se utiliza das formas mais predatórias não só de exploração do minério, mas também de relações de trabalho.

A Vale é a maior mineradora do Brasil, segunda do mundo. Em 2012, foi eleita a pior empresa do mundo em uma votação organizada por organizações não governamentais. No Brasil, no entanto, ainda é vista como a menina dos olhos da privataria tucana, recordista em distribuição de lucro aos seus acionistas. É ela que controla a Samarco, a empresa responsável pelas barragens que se romperam em Mariana, em parceria com a anglo-australiana BHP Billiton, a maior empresa de mineração do mundo.

Números do atraso

Dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), o órgão do governo federal responsável pela fiscalização do setor, atestam a preferência das empresas de mineração que atuam no país pelos sistemas de barragens de dejetos de alto risco. Conforme seu último relatório, o Brasil possui hoje 663 barragens de dejeto, sendo que 180 delas – ou 27,1% - oferecem alto risco às populações do entorno e ao meio ambiente.

As fragilidades da fiscalização, porém, podem esconder números ainda mais alarmantes. Por falta de infraestrutura e pessoal, o DNPM baseia o relatório de classificação do chamado Dano Potencial Associado (DPA) em informações prestadas pelas próprias mineradoras, e não em fiscalizações in loco por agentes públicos treinados e capacitados para tal função.

Outra questão crítica é que, além de fiscalizar pouco e mal, o Brasil quase não pune os crimes ambientais. E quando pune, é somente por meios de multas, que raramente são pagas. Levantamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) enviado ao Tribunal de Contas da União (TCU) no final do ano passado demostra que, de cada R$ 100 em multas cobradas, o órgãos recebe menos de R$ 3.

Entre as razões, está o excesso de instâncias recursais para as empresas contestarem as multas. Só no Ibama, no plano administrativo, são duas. Apenas sete funcionários são responsáveis por julgar os 14 mil recursos que entram a cada ano. Por lá, a prescrição tem sido quase regra. E ainda há todas as etapas judiciais previstas.

Para agravar, os valores das multas são quase risíveis, com teto de R$ 50 milhões previsto pela legislação. A Samarco foi multada em R$ 250 milhões por cinco crimes. Quase um trocado se comparado aos R$ 20,7 bilhões pagos pela multinacional British Petroleum, responsável pelo ao vazamento de petróleo no Golfo do México, em 2010.

Herança maldita

Correia afirma que, em Minas Gerais, o modelo de exploração predatória é ainda mais crítico que a média nacional porque os sucessivos governos estaduais tucanos deram amplo trânsito às multinacionais. "Nesses anos de governo tucano em Minas Gerais, foram expedidos alvarás para mineração sem nenhum controle, sem nenhum compromisso. E essas empresas trabalham no limite da irresponsabilidade", denuncia.

Segundo ele, o desastre em Mariana foi o mais grave e o que trouxe maiores prejuízos sociais e ambientais para o estado. Mas não foi o único. "Esta é quinta barragem que se rompe em Minas Gerais. Nos 12 anos de administração tucana, foram mais quatro, nos municípios de Itabirito, Cataguases, Espera Feliz e Miraí. A informação só não se espalhou porque o ex-governador Aécio Neves sempre manteve tudo em segredo, com o apoio da mídia", esclarece.

O deputado ressalta ainda que a privatização da Vale repassou à iniciativa privada grande parte da estrutura logística do estado, como é o caso da malha ferroviária. "O único vagão de passageiros que temos hoje no Estado é o que faz a linha Belo Horizonte – Vitória, que a Vale manteve como uma espécie de símbolo do que o estado poderia ter sido", critica.

Correia destaca também que, embora o laudo do desastre ainda esteja em fase de elaboração, tudo leva a crer que a causa do problema em Mariana foi a sanha desenfreada da Samarco por lucro acima de qualquer coisa. "Só no ano passado, a mineradora aumentou a produção da barragem em 32%", denuncia. E isso em um contexto onde o risco de desastre já era anunciado.

Providências imediatas

O deputado fez parte da comitiva de autoridades mineiras que, nesta segunda (23), visitou Governador Valadares (MG), um município de cerca de 277 mil habitantes que teve o abastecimento de água interrompido quando a lama tóxica proveniente do rompimento das barragens de Mariana chegou por lá, via Rio Doce.

Na semana passada, o deputado integrou a comitiva da AL-MG que se deslocou à Mariana para vistoriar a área, prestar solidariedade aos atingidos e participar da audiência pública que discutiu o socorro às vítimas. "É muito triste o que a gente vê. Nesta primeira etapa, estamos priorizando a fiscalização do socorro às vítimas", explicou.

O rompimento das barragens em Mariana matou 11 pessoas. Outras 12 continuam desaparecidas. A lama tóxica que desceu o rio São Francisco levando destruição por onde passou já atingiu o estado do Espírito Santo e a expectativa dos técnicos que atuam na área é que o prejuízo envolva uma área muito maior do que a prevista inicialmente. Os danos sociais, ambientais e econômicos ainda são imensuráveis.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

23/11/2015 - Rede Brasil Atual

Confederação lança campanha para denunciar abusos do McDonald's com trabalhadores

Problemas envolvem falta de equipamentos de proteção individual, jornada irregular, acúmulo de funções e aproveitamento de jovens em atividades insalubres e perigosas

A Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços da CUT (Contracs-CUT) lança amanhã (24) a Campanha pelo Respeito aos Direitos dos Trabalhadores/as do Mc Donald's /Arcos Dourados – Não aos pequenos direitos. O objetivo é denunciar irregularidades praticadas pela empresa contra seus funcionários e reivindicar condições dignas de trabalho.

O que motivou a ação da Contracs-CUT, em parceria com entidades filiadas no setor do turismo, hotelaria e gastronomia, que representam a categoria dos trabalhadores da rede, foram irregularidades apontadas pelo Ministério do Trabalho, em conjunto com o Ministério Público do Trabalho.

O cenário aponta para a falta de equipamentos de proteção individual, jornada móvel e variável, fornecimento de lanches para alimentação de funcionários, acúmulo de funções e a utilização de jovens em atividades insalubres e perigosas. A confederação pretende abrir diálogo com a Arcos Dourados (empresa que comanda a rede na América Latina) para pôr fim às práticas abusivas.

"Precisamos denunciar as práticas da empresa para todos os trabalhadores e também para a sociedade, pois a empresa fatura milhões através de uma imagem de felicidade que não corresponde à realidade de seus empregados", afirma em nota o presidente da Contracs-CUT, Alci Matos Araujo.

A entidade pretende organizar campanhas de denúncia em todas as regiões do país, além de utilizar as redes sociais e apresentar um vídeo sobre as práticas da empresa. A questão da precarização no trabalho de jovens é colocada em destaque pelo presidente. "Precisamos proteger nossos jovens que trabalham na rede e estão em seu primeiro emprego e devem ser protegidos para continuar no mercado de trabalho. Hoje, 70% da mão de obra do McDonald's é composta por jovens, que não têm seus direitos garantidos e respeitados."